

Vitória do SINTSEF/CE na luta contra as seguradoras

O SINTSEF/CE, através da Coordenação de Aposentados e Pensionistas, venceu a luta para acabar de vez com os descontos irregulares que as chamadas “seguradoras de plantão” insistiam em manter nos seus contracheques. O Centro de Assistência ao Servidor Público – CEASP – efetuou inclusões de desconto, a título de mensalidade, aos associados, servidores e beneficiários de pensão, com utilização indevida da rubrica. A seguradora consta no SIAPE como desativada e, ainda assim, seguia fazendo descontos indevidos. *pág 3*

SINTSEF/CE realizou em janeiro cursos de formação política para seus filiados

O mês de janeiro ficou marcado por três palestras do historiador, professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e assessor de formação da CUT/RJ, Hélder Molina, que falou sobre o sindicalismo no Brasil. *pág 8*



PROF. HELDER MOLINA MINISTRANDO CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA FILIADOS

Ações do GT do DNOCS no mês de janeiro



REUNIÃO DO GT NA CEST-BA –ANNA LUCIA COSTA e WALDENISIA GADELHA, COORDENADORAS DO GT, DR. OZANAH SETUVAL, COORDENADOR DA CEST-BA, SRA GEORGINA CALMON, COORDENADORA DA ASSECAS E ENGº PAULO CÉSAR, ACESSOR DO COORDENADOR

Tendo em vista o adiamento da reunião com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão do dia 10 para o dia 23 de janeiro de 2008, o Grupo de Trabalho (GT) dos Servidores do DNOCS alterou a viagem de forma a adequá-la à dinâmica imposta pela realidade apresentada. O novo roteiro só pode ser executado pelo fato de o Coordenador da CEST/BA, Ozanah Rodrigues Setuval e a ASSECAS-BA, uma das Entidades que colabora com o GT, viabilizarem a parte logística necessária para seu desenvolvimento.

Dia 7 de janeiro houve uma reunião com o Coordenador da CEST-BA, principal intermediador do encontro do GT com o Ministro da Integração, Gedel Vieira e com a Coordenadora da ASSECAS-BA, Georgina Calmon de Oliveira. A reunião transcorreu de forma produtiva cujos principais encaminhamentos foram o agendamento com parlamentares da Bahia.

Essa mobilização é também importante para a consolidação das estratégias políticas, para o fortalecimento e, conseqüentemente, a efetiva sustentabilidade de nossa Autarquia. *pág 4*

SINTSEF/CE homenageia e parabeniza todos os aposentados e pensionistas pelo seu dia

Dia 24 de janeiro foi o dia do aposentado. Porém, estas pessoas que tanto contribuíram durante toda a vida para o progresso do país, infelizmente, não tiveram muito o que comemorar. Munidos da esperança que invadiu o brasileiro nas últimas eleições presidenciais, os aposentados e pensionistas acreditaram que, com a eleição de Lula, fossem ver defendidos seus direitos, bem como de todos os trabalhadores. No entanto, logo de início, o governo deu um duro golpe nos aposentados e pensionistas aprovando a reforma da Previdência que, injustamente, cobra daqueles que contribuíram a

vida inteira que continuem pagando pelo que já têm direito adquirido (a taxa dos aposentados e pensionistas). Como se não bastasse, o governo descumprir o princípio constitucional da paridade salarial entre aposentados e pensionistas com os ativos. Recentemente, o governo concedeu uma gratificação de produtividade para os servidores públicos federais, destinando um percentual de 80% para os servidores da ativa e de apenas 30% para os aposentados e pensionistas. A Condsef e o SINTSEF/CE nunca aceitaram essa discriminação e continuam não aceitando. Por isso, tem convocado

os aposentados e pensionistas para as mobilizações junto com os servidores ativos na luta por seus direitos. Os aposentados e pensionistas não têm o que comemorar. Por isso, o SINTSEF/CE realizou no último dia 24, na Praça do Ferreira, uma grande manifestação. O SINTSEF/CE, como não poderia deixar de ser, homenageia e parabeniza todos os aposentados e pensionistas, mas também conclama essa categoria a somar-se com os demais trabalhadores para resistir em defesa dos seus direitos e conquistas. Viva os aposentados e pensionistas! Vamos a luta!

Curta

Audiência da CONDSEF e Ministério do Planejamento Sobre o futuro dos reajustes dos servidores

Depois da aguardada reunião do dia 23 de janeiro entre Condsef e Ministério do Planejamento, a entidade decidiu manter sua agenda de mobilização em todo o Brasil. A partir de agora, as entidades filiadas à Confederação devem realizar assembleias que vão anteceder uma Plenária Nacional, agendada para a 2ª quinzena de fevereiro e que pode apontar um indicativo de greve. Isso, caso o governo recue da decisão de manter os compromissos que garantem re-

ajustes para 28 categorias. Apesar de assegurar que há disposição para continuar negociando, o Planejamento voltou a atrelar reajustes ao fim da CPMF e a necessidade de equilibrar as contas da União.

Segundo o Planejamento, 9 setores já têm acordos assinados. Cultura, HFA e Banco Central estão neste grupo. Setores como Inbra, Funai e DNIT, que precisam apenas formalizar documento, serão chamados ao Planejamento antes do dia 21 de

fevereiro. Para esses, o governo pretende manter os reajustes nos prazos negociados. Para os outros setores, as negociações continuam. Depois deste encontro, o Planejamento volta a receber a Condsef no dia 21 de fevereiro para falar sobre o PGPE. No dia 28 de fevereiro, a entidade volta para negociar DNOCS, administrativos da AGU, Departamento do Fundo de Marinha Mercante (DFMM) e Arquivo Nacional.

Inbra: Ministério do Planejamento cancela negociação

A audiência do INCRA com o Ministério do Planejamento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário que deveria acontecer dia 22 de janeiro, às 18h, horário de Brasília, foi desmarcada pelo Governo, sem data prevista para outra

reunião com o setor. Segundo os assessores do Ministério do Planejamento, a questão do acordo está condicionada ao orçamento geral da União.

A discussão é sobre a tabela da reestruturação da carreira e o termo de compromi-

so apresentado pelo governo no último dia 18 de dezembro. Uma minuta de Termo de Compromisso foi entregue para ser analisada pelas representações dos servidores.

Os trabalhadores vão se reunir para tomar uma posição diante da situação.

O Jornal do SINTSEF/CE é uma publicação mensal de responsabilidade da Direção Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião da entidade. Jornalista responsável: Luciana Barroso. Tiragem: 10 mil exemplares. Impressão e editoração: Expressão Gráfica (3253.2222). Rua 24 de Maio, 1201 - Centro - Fortaleza-CE. PABX: 254.4100. CEP: 60.020-031. Site: www.sintsef-ce.org.br. E-mail: imprensa@sintsef-ce.org.br. DIREÇÃO COLEGIADA: Coordenação Geral: Luís Carlos de Alencar Macêdo (FUNASA/CORE - Fortaleza) Roberto Luque de Sousa (M. Fazenda - Fortaleza) Coordenação Jurídica: Argemiro Medeiros Cavalcante (DNOCS - Morada Nova) Ednir Alberto de Carvalho Lima (aposentado/ex-SUDENE - Fortaleza) Francisco Gomes de Sousa (M. Fazenda - Fortaleza) Coordenação de Comunicação: Asevedo Quirino de Sousa (FUNASA - Crato) Rômulo George de Sales e Silveira (IBAMA - Fortaleza) Sandra Lúcia da Silva Mota (INCRA - Fortaleza) Coordenação de Formação Política: João Batista de Oliveira (FUNASA - Sobral) Jorge Luis de Oliveira (BAFZ - Fortaleza) José Afonso Barbosa da Costa (FUNASA/Micro I-SERV - Fortaleza) Coordenação de Finanças: Antonio Alfredo Moreira da Silva (BAFZ - Fortaleza) José de Assis (FUNASA - Maracanau). Coordenação Sócio-Cultural e de movimentos populares: Carlos Eugênio Pereira Soares (FUNASA - Canindé) Elizeu Lima Sousa (CONAB - Fortaleza) Luzimar Alves de Oliveira (FUNASA - Iguatu) Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Geraldo Pereira da Costa (aposentado/DNOCS - Fortaleza) João Eudes Moreira Rodrigues (Aposentado/UFC - Fortaleza) José Murilo Maciano (Aposentado/FUNASA - Crateús) Coordenação Administrativa: Aluísio Bastos Pereira (aposentado/DNOCS - Fortaleza) Benedito Batista de Holanda (FUNASA/CORE - Fortaleza) Francisco Teles da Silva (M. Defesa - Fortaleza) CONSELHO FISCAL: Albanizo Fernandes de Sousa (FUNASA - Itapipoca) Edmilson Canafistula (FUNASA - Graça) Francisco Germano Moreira (DNOCS - Icó) Francisco Pereira Chaves (INSS - Crato) José Amorim Neto (Min. Da Agricultura - Fortaleza) José Ribamar dos Santos Lima (FUNASA/Centro de Zoonose Conj. Ceará - Fortaleza) Ozanita Moreira (M. Saúde - Maracanau). SUPLENTEs: Francisco Tarciso dos Santos (FUNASA - Brejo Santo) Luiz Haroldo Rodrigues Monteiro (DNOCS - Tauá)

Vitória do SINTSEF/CE na luta contra as seguradoras

O SINTSEF/CE, através da Coordenação de Aposentados e Pensionistas, venceu a luta para acabar de vez com os descontos irregulares que as chamadas “seguradoras de plantão” insistiam em manter nos seus contracheques. O Centro de Assistência ao Servidor Público – CEASP – efetuou inclusões de desconto, a título de mensalidade, aos associados, servidores e beneficiários de pensão, com utilização indevida da rubrica. A seguradora consta

no SIAPE como desativada e, ainda assim, seguia fazendo descontos indevidos.

O ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Auditoria de Recursos Humanos enviou o ofício nº 1008/AUDIR/SRH/MP, no último dia 12 de dezembro, ao SINTSEF/CE informando que havia sido “aplicada a penalidade de desativação permanente da entidade em questão”, no caso o CEASP, “consoante ao artigo 18 do Decreto nº

4.961, de 20 de janeiro de 2004, combinando com o art. 23, item III, da Portaria Normativa SRH nº 1, de 28 de dezembro de 2006, conforme Nota Técnica nº 17/2007-SRH”.

A Coordenação dos Aposentados e Pensionistas chegou a registrar um Boleim de Ocorrência contra o CEASP onde constava o nome de 203 servidores e pensionistas da FUNASA e 30 do INCRA, lesados por essa seguradora.

Posse da nova direção e coordenação dos departamentos da Condsef para o triênio 2008/2011

A posse da nova direção da Condsef ocorreu no último dia 18 de janeiro, no Clube dos Previdenciários, em Brasília, às 19h.

Fazem parte da direção nacional da Condsef para a gestão 2008/2011, o coordenador geral do SINTSEF/CE, Luís Carlos de Alencar Macêdo, que assume a função de titular da Secretaria de Aposentados e Pensionistas; e o coordenador de finanças do SINTSEF/CE, José de Assis, que assume a função de secretário adjunto da Secretaria Geral.

Oito filiados do SINTSEF/CE com-

põem os departamentos da Condsef: os titulares João Batista de Oliveira, do Departamento de Saúde e Previdência; Walde-



POSSE DA NOVA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DA CONDSEF

nízia de Sousa Gadelha, do Departamento do Meio Ambiente; Sandra Lúcia da Silva

Mota, do Departamento da Agricultura e Reforma Agrária; João Eudes Moreira Rodrigues, do Departamento de Aposentados e Pensionistas; Heleno Gomes de Matos Neto, do Departamento de Segurança e Advocacia Pública. E os suplentes Antônio Lopes, do Departamento da Educação e Cultura; Rufino Antônio Linhares, do Departamento dos Fazendários; e Maria Lúcia Pereira as Silva, do Departamento do Ministério do Trabalho e Emprego. Cada um é composto por cinco membros efetivos e três suplentes, formados por filiados de todo o país.

Pais de Servidores já podem ser incluídos no Plano de Saúde

Pais, padrastos e madrastas dos servidores federais que tem plano de saúde já podem ser incluídos novamente como dependentes, desde que o servidor pague integralmente o valor cobrado mensalmente pela operadora. Para o servidor e os dependentes diretos como esposa e filhos, o governo continuará pagando a contrapartida que hoje é de R\$ 50. A inclusão havia sido suspensa com a publicação da Portaria nº 1983/06. A nova medida está expressa na Portaria normativa nº 1 de 27 de dezembro de 2007, e altera pontos da Portaria 1.983/06 que regulamenta a saúde suplementar do servidor. A portaria determina também que todo servidor público deverá se submeter a avaliação periódica anual, elaborada de acordo com a necessidade da função exercida. Os custos da avaliação serão de responsabilidade da operadora de saúde contratada pelo servidor. Para

os servidores que não contam com o plano de saúde, o governo estuda formas para a realização da avaliação. Ainda segundo definido na portaria, o plano deverá oferecer coberturas como: assistência médica ambulatorial e hospitalar e serviços de fisioterapia, psicologia e farmácia. Esses atendimentos realizados exclusivamente no Brasil devem compreender partos e tratamentos com padrão de enfermagem e disporem de centro de terapia intensiva ou similar nas necessidades de internação do beneficiário. Além disso, o servidor passa a ter o direito de incluir serviços adicionais oferecidos pelas operadoras de saúde desde que pague por estes serviços. Outra novidade é a isenção da obrigatoriedade da contratação do plano odontológico por parte dos órgãos, bem como o aumento de 30 para 60 dias do prazo de adesão aos planos de saúde para os servidores

recém empossados, ativos vinculados aos planos de saúde e a vigência de no mínimo dois anos de duração do contrato dos órgãos com as operadoras, além da proibição da exigência de nova carência da nova operadora contratada pelos órgãos. A assistência à saúde dos beneficiários será prestada por meio de convênio (por entidades sem fins lucrativos) ou contrato (através de licitação) com operadoras de plano de saúde, ou mediante serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, nesse caso de posse de um regulamento próprio. Os valores da contribuição do plano de saúde suplementar do servidor poderão ser consignados em folha de pagamento, e o benefício será pago no contra-cheque do titular, no mês subsequente após a apresentação, até o quinto dia útil no RH do órgão de origem, dos boletos pagos dos planos de saúde pelo servidor.

Nova etapa para os anistiados: publicada a portaria nº 4

O drama dos milhares de servidores públicos demitidos no governo Collor, entre os anos de 1990 e 1992, terá, pelo menos, mais um ano de duração. A Portaria nº 4, que designa os membros da Comissão Interministerial Especial (CEI), responsável pela análise dos processos de retorno dos anistiados do governo Collor ao serviço público, foi publicada no Diário Oficial da União

do último dia 9 de janeiro. Na portaria consta o prazo determinado para conclusão dos trabalhos, que é 8 de janeiro de 2009. Ficou estabelecido que farão parte da comissão dois representantes do Ministério do Planejamento, que terá também a Presidência, um do Ministério da Fazenda, um da Advocacia-Geral da União (AGU), um da Casa Civil e dois representantes dos anistiados. Segundo

o Decreto 6.335 de 28 de dezembro de 2007, que instituiu a comissão, os integrantes deverão se dedicar integralmente à Comissão Interministerial e cabe à ela decidir sobre a reintegração dos servidores. Além disso, as decisões apresentadas pela comissão são terminativas e não poderão ser reexaminadas por qualquer órgão ou autoridade do Poder Executivo Federal.

Ameaça de greve na Funasa

Os servidores da Funasa estão preparados para paralisarem suas atividades, dando início a uma greve por tempo indeterminado. Isso ocorrerá caso o governo mantenha sua intenção de promover o corte da Indenização de Campo dos trabalhadores. Caso

haja corte, como já anunciaram algumas coordenadorias regionais, o governo estará contrariando acordo feito entre Ministério do Planejamento, Funasa e Condsef, onde o Governo Federal garantia que até março de 2008 nenhum servidor seria prejudi-

cado com cortes no contracheque. A data estipulada era a prevista para se dar início à discussão para a criação de uma gratificação para os trabalhadores que atuam no combate a endemias em todo o País, que atendem também os indígenas.

SINTSEF/CE reúne filiados do Vale do Jaguaribe

Por volta das 9 horas do dia 18 de janeiro, o SINTSEF/CE reuniu os filiados de todos os municípios do Vale do Jaguaribe, em Russas, na sede da delegacia sindical. A reunião terminou por volta do meio-dia. Estiveram presentes filiados de diversos órgãos, como a FUNASA, DNOCS, Receita Federal e outros. Nesta assembléia regional tinham cerca de 100 filiados, além dos

diretores do SINTSEF/CE, Alfredo Moreira, Roberto Luque, Benedito Holanda, Geraldo Costa e Argemiro Medeiros; e os coordenadores da delegacia sindical da região, José Evandir Rodrigues, Maria do Socorro Alves, José Zézito dos Santos, Valdir Gonçalves Lima, Francisco Firmino Neto, Francisco Horácio Maia e José Sampaio. Foram debatidos os informes do

9º Congresso da Condsef. Cinco, dos seis delegados que participaram do congresso, falaram sobre o evento. Também foram levantados informes gerais do SINTSEF/CE, além da discussão sobre a mobilização e possível greve da categoria. Ao final, foi eleita uma representante da região, para participar da Plenária Nacional da Condsef, a filiada Socorro Maia.

Ações do GT do DNOCS no mês de janeiro

Tendo em vista o adiamento da reunião com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão do dia 10 para o dia 23 de janeiro de 2008, o Grupo de Trabalho dos Servidores do DNOCS alterou a viagem de forma a adequá-la à dinâmica imposta pela realidade apresentada. O novo roteiro só pode ser executado pelo fato de o Coordenador da CEST/BA, Ozanah Rodrigues Setuval e a ASSECAS-BA, uma das Entidades que colabora com o GT, viabilizarem a parte logística necessária para seu desenvolvimento.

Dia 7 de janeiro houve reunião com o Coordenador da CEST-BA, principal intermediador do encontro do GT com o Ministro da Integração, Gedel Vieira e com a Coordenadora da ASSECAS-BA, Georgina Calmon de Oliveira. A reunião transcorreu de forma produtiva cujos principais encaminhamentos foram o agendamento com parlamentares da Bahia. Dia

11 de janeiro houve um encontro com parlamentares em Salvador. Dia 18 de janeiro foi a posse, em Brasília, da Coordenadora do GT, Waldenisia Gadelha, como Diretora do DENTMA – Departamento da CONDSEF que integra os Órgão ligados ao Meio Ambiente (DNOCS, FUNAI, IBAMA, MMA, ANA). Dia 22 ocorreu a visita a vários Parlamentares na Câmara e no Senado dentre eles o relator

do Orçamento 2008, Deputado Pimentel Barroso. Dia 23, a reunião de trabalho do GT do DNOCS com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Atualmente, a metodologia para a obtenção dos dados necessários ao desenvolvimento das ações do GT consiste em visitar as unidades de campo, interagir e, a partir desse evento, elaborar os encaminhamentos que estruturarão os trabalhos nas etapas seguintes, além de levar esperança e elevar a auto-estima dos servidores. Essa mobilização é também importante para a consolidação das estratégias políticas, para o fortalecimento e, conseqüentemente, a efetiva sustentabilidade de nossa Autarquia. É importante salientar a necessidade e relevância da filiação ao SINTSEF/CE, pois a união do Sindicato fortalece as ações do GT do Dnocs. Vamos fortalecer a luta por nossos direitos.



REUNIÃO EM JACURICI-BA, DIA 10 DE JANEIRO DE 2008, COM CERCA DE 100 SERVIDORES

Servidores prometem reagir caso fim da CPMF interfira em reajustes

A CONDSEF começa 2008 em alerta. Desde que o governo perdeu R\$ 40 bilhões em arrecadação com o fim da CPMF, o Ministério do Planejamento passou a suspender reuniões e a informar que as negociações com os servidores públicos federais seriam suspensas e o orçamento revisto.

Com diversos acordos e compromissos firmados em 2007 e muitas negociações em andamento, a entidade enviou ofício ao presidente Lula, e aos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo e Casa Civil, Dilma Rousseff, solicitando que o governo não use um imposto que nada tem a ver com o orçamento

da União como desculpa para cancelar reajustes.

Ativos e aposentados da base da CONDSEF estão de olho e se prepararam para reagir caso o fim da CPMF prejudique as diversas categorias com acordos firmados ou em andamento. Greves para pressionar o governo não estão descartadas.

Como sinal da intenção do governo de barrar reajustes, reuniões com os setores do Arquivo Nacional, DNOCS, AGU e Departamento do Fundo da Marinha Mercante, agendadas para os dias 10 e 11 de janeiro, foram canceladas pelo Planejamento. A justificativa

dada é de que os estudos para ajustar a proposta orçamentária deste ano não foram concluídos.

Com isso, o encontro foi adiado para o dia 23 de janeiro. Um dos assessores do ministério do Planejamento reiterou o que foi anunciado por Paulo Bernardo e informou que as negociações com a CONDSEF e discussões sobre carreira só terão continuidade depois da revisão no orçamento da União.

Mas a entidade avisa que vai continuar cobrando não só o cumprimento dos acordos já firmados como a continuidade das negociações que foram interrompidas.

DRTs passam a ter caráter de Superintendências

Foi publicado no dia 4 de janeiro, decreto presidencial transformando as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) em Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Com a mudança, os órgãos passaram também a supervisionar todas as políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego implantadas nos 26 estados, além do Distrito Federal.

De acordo com o Decreto 6.341, de 2008, compete aos superintendentes, com ligação direta ao gabinete do ministro do Trabalho e Emprego, executar, supervisionar e monitorar todas as ações do

MTE, especificamente as de qualificação profissional.

Segundo Carlos Lupi, ministro do Trabalho e Emprego, a modificação trará maior transparência à gestão das políticas públicas do Ministério, modernizando a nomenclatura e atendendo cada vez mais a demanda dos trabalhadores e empregadores. “As superintendências serão nossos órgãos de ponta, estudando em seus estados as principais demandas, especificamente na qualificação do trabalhador, para podermos planejar melhor as ações”, afirmou Lupi.

Com o decreto, as 114 subdelegacias do Trabalho espalhadas por todos os es-

tados brasileiros, mais o Distrito Federal, passam a se chamar Gerências Regionais do Trabalho e Emprego.

“Com o crescimento da economia e o recorde na geração de empregos com carteiras assinadas, 2008 será o ano da modernização da estrutura do Ministério do Trabalho. Faremos concurso público para preencher vagas administrativas, fortalecendo o trabalho de ponta realizado com a população, além do investimento maciço na qualificação. Qualificar nossos trabalhadores é prepará-los para o mercado de trabalho que está surgindo no País,” declarou Lupi.

Primeira reunião da direção nacional da Condsef

No dia 19 de janeiro aconteceu a primeira reunião da nova direção nacional da Condsef, que foi empossada no dia anterior. A reunião foi em seu auditório,

em Brasília, e se estendeu pela manhã e a tarde. A principal discussão foi sobre a audiência do dia 23 de janeiro, entre a Condsef e o Ministério do Planejam-

to, em que foram discutidos os reajustes dos servidores. Também foi colocado o calendário de mobilização da categoria para o enfrentamento com o governo.

Plenária Nacional da Condsef em fevereiro

A Condsef realizará uma grande Plenária Nacional no início de fevereiro, prevista para os dias 23 e 24 de fevereiro,

em Brasília. O evento será na própria sede da Confederação. Serão definidas ações em defesa da manutenção dos acordos

feitos com a base da Confederação.

A Condsef luta em defesa dos reajustes dos servidores.

Grito dos servidores federais em Brasília

No último dia 22 de janeiro, os servidores federais de Brasília, organizados pelo SINDSEP-DF, fizeram um ato de reivindicação dos acordos firmados

entre governo e trabalhadores, como também o cumprimento dos Planos de Carreira e a paridade entre servidores ativos e aposentados. O ato se deu em

frente ao Ministério do Planejamento. O Coordenador Geral do SINTSEF-CE, Luis Carlos Macêdo estava presente representando a CONDSEF

O que é o que é Marxismo e/ou Marxista?

Os termos “marxista” e “marxismo” são usados de forma universal, mas sem muito critério. O “marxismo” é uma facção, uma idéia ou uma ciência? O termo “marxismo” sofreu preconceitos nas discussões políticas dos anos 1840 e 1850 com a dissolução das ligas comunistas, cujos adversários de Marx falavam pejorativamente em “partido de Marx”. Bakunin, anarquista que defendia “o fim do Estado já”, era um dos opositores ferrenhos a Marx, a ponto de usar o termo “marxismo” para desqualificar e ridicularizar os inimigos políticos.

Houve uma difusão da palavra “marxismo” no período da transição da Primeira para a Segunda Internacional (1864-1889) na qual a teoria de Marx passou a ser fator essencial na discussão ideológica dos partidos revolucionários. Tanto Marx quanto Engels, fundadores do marxismo, resistiram a ser denominados de “marxista” ou “marxianos”, rejeitando tal batis-

mo. Marx preferiu definir sua teoria de “socialismo materialista crítico” e Engels, de “materialismo crítico revolucionário”, pois para eles os termos tinham uma conotação caricatural, uma etiqueta política de “ferrete sectário”.

Kautsky resgatou o caráter positivo dos termos “marxismo” e “marxista”, cabendo a ele a paternidade das noções. Para ele, os termos têm valor programático e servem como instrumentos de luta ideológica e política; e como ciência, é a concepção materialista da história, a saber, a história das sociedades é a história da sua produção material (econômica). Engels afirma que “o marxismo é a teoria geral da história e não uma teoria particular da revolução”.

Já Bernstein afirma que o termo “marxismo” serve para designar o pensamento e a obra de Marx; e o termo “marxista”, usado correntemente como adjetivo ou substantivo, designa ou uma obra de Marx, ou um seguidor de suas teorias, ou

um movimento político que se pretende vinculado a ele.

O termo “marxismo” fica definido tanto como uma teoria científica, como também uma doutrina política. O uso corrente do vocabulário político assume dois significados: como uma teoria de Marx e socialismo científico; e como contribuições teóricas de seus sucessores às questões postas pelo presente, tornando-se, um instrumental ideológico dos partidos operários (de esquerda). O termo “marxismo” se divide a posteriori em escolas hostis, sofrendo sua terminologia várias qualificações: marxismo ortodoxo, heterodoxo, ocidental, revisionista, dogmático etc. A partir daí evita-se falar em “marxismo” no singular para falar no plural: “marxismos”.

Cf. (conferir) HAUPT, George. Marx e o Marxismo. In: HOBBSAWM, Eric. História do marxismo¹, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

DICA DE LEITURA

Duas boas dicas de leitura para quem quer compreender o papel dos sindicatos na luta histórica dos trabalhadores são: *Marx e os sindicatos*, de Losovsky e *Escritos sobre sindicato*, de Trotsky. Ambos os livros estão na biblioteca do SINTSEF-CE. **O primeiro livro** apresenta a concepção marxista de sindicato, aborda de maneira simples problemas complexos e polêmicos do sindicalismo como: a relação entre partido e sindicato, os limites da vida econômica, o papel das greves etc. **O segundo livro** trata de uma antologia onde reúne artigos, reflexões de Trotsky. A

primeira - **“sindicalismo e comunismo”** - reúne seis artigos de Trotsky, escrito entre 1923-31. Serão tratadas por ele duas práticas danosas no movimento sindical: de um lado, **o sectarismo e vanguardismo** no plano sindical que leva a divisão do movimento; de outro, **o economicismo e o sindicalismo “puro”** que nega o papel da luta política como condição da preservação da própria unidade e independência sindical. A segunda, a questão da unidade e independência sindical, Trotsky enfatiza **“problemas de estratégia e de tática sindical”**. Ele considera como estratégico e

revolucionário o trabalho no interior dos sindicatos, mesmo no caso de aparelhos burocratizados. Retoma **a unidade entre a luta sindical e a luta política**, afirmando a importância da construção de partidos operários ao mesmo tempo que a de sindicatos ou vice-versa.

TROTSKY, *Escritos sobre os sindicatos*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda., 1978.

LOSOVSKY, A. *Marx e os sindicatos*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

PENSAMENTO FILOSÓFICO

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e

transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*).



Processos e informações importantes para as categorias

* O SINTSEF/CE já ganhou, até o momento, 312 processos. 20% deles já foram pagos.

* Já foram pagos os 3,17% de alguns órgãos, tais como: INCRA, UFC, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, SUNAB, INSS.

* O SINTSEF/CE apresentou uma planilha dos valores referentes ao processo dos servidores ativos e aposentados da FUNASA e o juiz concedeu um prazo de 60 dias à Procuradoria da FUNASA para analisar e se manifestar. Portanto, o prazo encerra no dia 19 de fevereiro de 2008. Para agilizar o processo, foi encaminhado ao juiz da vara de execução, um CD com os CPF's dos participantes e outro CD com os valores da planilha.

* Em referência a Escola Agrícola Federal do Crato, o processo encontra-se no gabinete do juiz para decidir a sentença dos embargos.

* No processo dos agrupados (Ministérios) com 2.800 participantes, foi dado um prazo de 30 dias ao Sindicato, mas ainda não foi publicado no Diário da Justiça, para que possamos nos manifestar sobre os valores apresentados pela AGU.

* O processo do DNOCS, que tem maior número de participantes, encontra-se concluso para sentença dos embargos e o do IBAMA está com a Contadoria do Foro para analisar os cálculos apresentados pelo Sindicato e a procuradoria do órgão.

* Estão programados o pagamento de alguns precatórios no ano de 2008, que contempla mais de 700 servidores, dos seguintes órgãos: IBGE, FUNASA, INSS, FAZENDA, INCRA e IBAMA.

* Sobre as gratificações (GDATA E GDPGTAS), o nosso pedido é para equiparar o aposentado ao ativo. A AGU vem perdendo nas instâncias, mas vem apelando até o STF. Um processo já chegou a instância máxima (STF), onde foi julgado e decidido o pagamento retroativo e a elevação do número de pontos para aposentados. Se fosse estabelecido pelo STF uma súmula vinculante, que é uma decisão da instância maior, a AGU e Procuradorias do Governo não poderiam mais apelar e os processos tramitariam com maior rapidez podendo ser resolvido na primeira instância.

* Anuênios. Este tipo de ação abrange apenas servidores de alguns órgãos, pois na sua grande maioria, os órgãos

contemplaram os servidores. No Sindicato, nós ajuizamos para seis órgãos, com a seguinte situação: BASE AERÉA - concluso para sentença dos embargos; FUNASA - aguardado julgamento no TRF- Recife; HOSPITAL DO MARACANAÚ - cálculos a serem elaborados; COMANDO DO XÉRCITO - cálculos apresentados; MINISTÉRIO DA FAZENDA - valores pagos; e DNER - valores pagos.

* Resíduos do FGTS. Esta ação é ajuizada contra a Caixa Econômica Federal. Várias delas já foram ganhas e algumas com valores pagos, tais como, IBGE, SUDENE, DRT, FAZENDA, INCRA, AGRICULTURA, DNPM. Com relação a diversos órgãos, as ações estão tramitando na justiça. Para tanto estamos encaminhando CD's objetivando a localização das contas junto à CEF. O objetivo da CEF é excluir os que assinaram acordo e estão com ações apresentadas por advogados particulares. Aqueles que não são enquadrados nestas duas situações, a CEF faz os devidos depósitos. Logo que isto acontecer, comunicamos de imediato os filiados contemplados para que receba os seus valores.

A voz da base

Perdemos a vergonha

Será que o Brasil perdeu a vergonha? A pergunta vale diante do imenso tsunami de corrupção e de roubalheira que invadiu o país nos últimos anos, contaminando principalmente os políticos e a administração pública em todos os níveis.

Onde tem dinheiro público, tem roubalheira. Somos o único país do mundo onde bandido que tem curso superior, em vez de cadeia em dobro, ganha direito a prisão especial. O único também em que deputado, senador, ministro e tudo

quanto é autoridade pode matar, roubar e esfolar que não vai para a cadeia, pois tem julgamento vip pelo STF, que jamais condenou um deles.

E para agravar, a câmara dos deputados vai aprovar logo mais a emenda constitucional garantindo essa imoralidade a quem, algum dia, já exerceu um cargo que lhe deu direito de ser chamado de autoridade.

Logo, o doutor Paulo Maluf ganha uma estátua em praça pública! Há dias

o próprio Presidente da República, cujo patrimônio não é bem o de um torneiro mecânico que quase nunca trabalhou na vida, disse numa solenidade pública que vai precisar de advogados quando deixar o governo. A que risco está sujeita a faxineira gaúcha que devolveu US\$ 7 mil que achou na rua? Pode parar na cadeia pelo mau exemplo que deu.

Mozart Ramos de Abreu Filho –
Delegado de Base – Funasal/Pacajús

SINTSEF/CE realizou em janeiro cursos de formação política para seus filiados

O mês de janeiro ficou marcado por três palestras do historiador, professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e assessor de formação da CUT/RJ, Hélder Molina, que falou sobre o sindicalismo no Brasil.

Na reunião do Conselho de Delegados Sindicais de Base do dia 12 de janeiro, na sede do SINTSEF/CE, o professor universitário Hélder Molina, debateu com os presentes sobre o movimento sindical. Foi feita uma análise da conjuntura econômica, social e política, buscando as raízes da formação do Estado brasileiro, das classes sociais, tanto em nível nacional quanto estadual, aprofundando uma compreensão sobre os avanços e as contradições do governo Lula.

Também foi analisada a atual situação da América Latina, a fim de esclarecer aos delegados sindicais os desafios e as dificuldades que encontrarão na próxima campanha salarial, verificando quem são nossos aliados e adversários, qual correlação de forças será colocada na disputa em 2008. Entender a conjuntura política fortalece nossa intervenção. A existência dos delegados e delegacias na estrutura do SINTSEF/CE é muito importante para consolidar a presença do sindicato na base em todas as regiões do Estado e em todos os órgãos. “Para isso, precisa-se de um permanente processo de formação política, em todos os locais de trabalho e órgãos. Organização



CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA EM SOBRAL



CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, PROF. HELDER MOLINA - 16-01-08

e ação concreta na base, cumprindo o papel defendido pela CUT de se organizar a partir da base”, pondera o professor.

No dia 15 de janeiro, o SINTSEF/CE realizou um curso de formação política com o professor Molina, que abordou historicamente as origens e construção do sindicalismo no Brasil. Foi oferecido o mesmo curso no dia 16 de janeiro, ficando a escolha do filiado o dia de preferência.

O curso mostrou as diferentes concepções e centrais sindicais, buscando entender as visões, projetos e estrutura atual. Problematizou a existência de seis centrais sindicais, o que configura um grave e perigoso processo de fragmentação e divisão do nosso movimento. Buscou também resgatar o papel histórico da CUT; criticou suas contradições e organizou a base e a direção do SINTSEF/CE para enfrentar a campanha de divisão e pulverização dos sindicatos. Foi enfatizada a necessidade de articular a formação com o planejamento e a ação sindical no

sentido de fortalecer a intervenção do SINTSEF/CE em 2008.

A atual conjuntura exige a unidade



REUNIÃO DOS DELEGADOS SINDICAIS DE BASE - 12-01-08

na diversidade da classe trabalhadora, para enfrentar os patrões e o governo, principalmente as contra-reformas sindical e trabalhista.

O objetivo deste trabalho de formação iniciado pelo SINTSEF/CE é que seja permanente, com uma agenda de temas para aprofundarmos o estudo e reflexão, pois a formação e a informação são armas estratégicas para a luta de nossa classe. E mais do que nunca, acreditar que: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx).